

O simples conhecimento objetivo não dá conta do complexo significado da subjetividade. Trata-se da consciência de si, da autoconsciência.

Eloiza da Silva Gomes de Oliveira

Construção da subjetividade humana e tecnologia da informação e comunicação – uma nova moralidade?

Building human subjectivity, information technology and communication – a new morality?

ELOIZA DA SILVA GOMES DE OLIVEIRA*

Resumo

Este texto objetiva discutir o desenvolvimento da moralidade, importante constitutivo da subjetividade humana, na sociedade da informação, característica da modernidade. Começamos argumentando favoravelmente ao uso do termo “sociedade do conhecimento”, entendendo que este é muito mais amplo do que apenas a informação. Após apresentar a “perplexidade do homem” diante desse caleidoscópio de tantas mudanças vertiginosas, conceituamos subjetividade e moralidade, enfatizando o impacto da tecnologia da informação e da comunicação sobre ambas. Na última parte do texto, focalizamos o desenvolvimento da moralidade e o “caos” em que muitas vezes a sociedade da informação se constitui — para isso, mostramos visões mais críticas e mais otimistas, destacando a responsabilidade da educação.

Palavras-chave:

Tecnologia da informação e comunicação; Subjetividade humana; Ética.

Abstract

This paper discusses the development of morality, a major constituent of the human subjectivity in the information society, a characteristic of modernity. We started arguing in favor of using the term of knowledge society, meaning that it is much wider than just the information society. After presenting the perplexity of man in the face of this dizzying kaleidoscope of many changes,

* Doutora em Educação Brasileira pela UFRJ; docente da UERJ. E-mail: eloizaoliveira@uol.com.br

we conceptualized subjectivity and morality, we emphasized the impact of information and communication technology on both. The last part of the text focus on the development of morality and the chaos that is often the information society, showing more critical and more optimistic views, highlighting the responsibility of education.

Keywords:

Information and communication technology; Human subjectivity; Ethics.

Introdução – a perplexidade do homem diante da sociedade do conhecimento

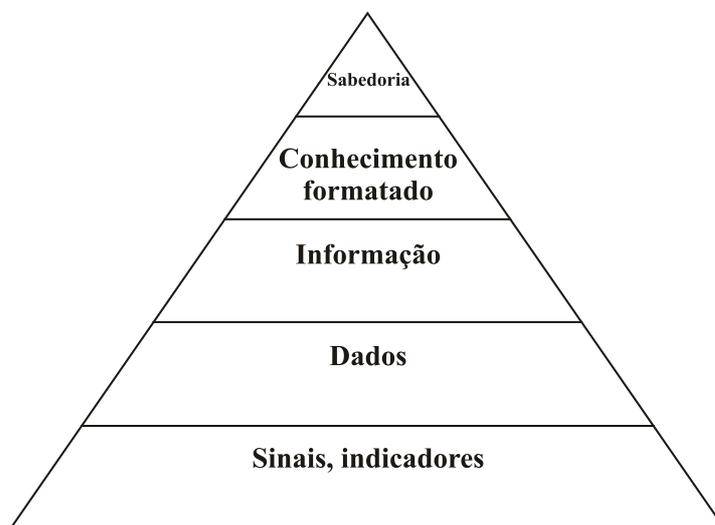
A expressão “sociedade da informação” — preferimos outra, “sociedade do conhecimento”, também muito utilizada — começou a ser forjada no período pós-industrial.

A sociedade industrial havia gerado o desafio da eficiência (otimização do uso do tempo, realização de mais atividades em menos tempo). A sociedade pós-industrial nasceu com o final da Segunda Guerra Mundial, com o aumento da comunicação entre os povos, com a difusão das chamadas “novas tecnologias” e com profundas mudanças econômicas. Não mais baseada na produção agrícola ou na indústria, a sociedade voltou-se para a produção de informação, serviços, símbolos (de ampla utilização no campo da semiótica) e estética. Nascia a era da informação e do conhecimento, com o crescimento inexorável das tecnologias da informação e da comunicação (TICs).

O que realmente nos importa, no entanto, não é esse conjunto de informações acumuladas, mas sim a capacidade do homem para utilizá-las segundo princípios científicos, sociais e, principalmente, éticos.

Peters (2003) constrói uma pirâmide que apresenta os estágios da gênese do conhecimento, o que o diferencia da informação. A ilustração mostra uma tendência ascendente que vai do mais simples (sinais) ao mais complexo (sabedoria). No entanto, se o indivíduo não mobilizar sua estrutura cognitiva para transformar a informação em conhecimento, terá de lidar com uma infinidade de informações, sem conseguir selecioná-las, organizá-las e interpretá-las.

Há, ao mesmo tempo, uma tendência descendente, sobre a qual diz o autor que “grandes estoques de conhecimento são transformados novamente em informações e configurações codificadas, de tal modo que podem ser estocadas e disponibilizadas em outra parte”. (PETERS, 2003, p. 327).



Para Senge (1999, p. 487), grande parte da confusão e da frustração quanto à gestão do conhecimento vem da pouca clareza na distinção entre informação e conhecimento: “as pessoas investem em sistemas para captar, organizar e disseminar informações, e depois chamam isso de conhecimento”.

Segundo Edgar Morin (2000), apenas a conexão dos termos informação e conhecimento impede a sua compreensão, pois pertencem a níveis de realidade diferentes. Para ele, o conhecimento é “organizador”, supõe uma relação de abertura e clusura entre o “cognoscente” e o conhecido. Já a informação forma unidades transformáveis em *bits* e orienta o percurso metodológico. Conforme o autor:

a inseparabilidade dos termos não exclui a necessidade de distinção, [porque] não se trata de fusão, nem de confusão, mas de distinguibilidade [que] é uma operação necessária a todo pensamento (MORIN, 2000, p. 175).

Essa nova forma de “capital” sofre, no entanto, defasagem precoce devido à rapidez com que o conhecimento e a tecnologia se tornam obsoletos. Dessa maneira, a educação contínua e a descoberta de novas formas de aprender e de pensar constituem um grande desafio para o capital humano.

Essas reflexões remetem-nos a uma bela obra, *El café de los filósofos muertos*, escrito por uma menina de 11 anos (Nora K) e seu professor alemão de filosofia (Vittorio Hösle). Partindo da leitura de outra obra – *O Mundo de Sofia* – o professor inventa um mundo imaginário: um café frequentado

pelos grandes pensadores da história. Nora conversa e faz perguntas a esses filósofos, e daí resultam belos textos. No início da obra, podemos ler (K e HÖSLE, 1998, p. 9):

Pensar é aprender a ser livre, responsável e honrado. Pensar é esforço e inconformismo, para com o mundo e também para consigo mesmo. Pensar é duvidar e criticar, não de forma altaneira ou presunçosa, senão por desejo do bem comum. Pensar é ter o tempo de poder fazê-lo. Pensar não é repetir ou reproduzir. Pensar é ativar o que de nobre há no ser humano, porque pensar é também sentir e intuir.

Frente a esta verdadeira revolução, que é o surgimento da “inteligência coletiva”, no dizer de Lévy (1999), o homem fica perplexo diante das “gigantescas pulsações deste hiperorganismo” que denominamos “rede”, ainda utilizando a terminologia do autor. Na verdade, o impacto da realidade virtual na vida do homem desencadeou emoções que, por intensas e pouco familiares, cabem nestas metáforas: um labirinto que desorienta e um caleidoscópio que encanta e fascina.

Seres humanos, pessoas daqui e de toda parte, vocês que são arrastados no grande movimento da desterritorialização, vocês que são enxertados no hiperorganismo da humanidade e cuja pulsação ecoa as gigantescas pulsações deste hiperorganismo, vocês que pensam reunidos e dispersos entre o hipercórtex das nações, vocês que vivem capturados, esquartejados, nesse imenso acontecimento do mundo que não cessa de voltar a si e de recriar-se, vocês que são jogados vivos no virtual, vocês que são pegos nesse enorme salto que nossa espécie efetua em direção à nascente do fluxo do ser, sim, no núcleo mesmo desse estranho turbilhão, vocês estão em sua casa. Bem-vindos à nova morada do gênero humano. Bem-vindos aos caminhos do virtual! (LÉVY, 1999, p. 150).

O intrincado conceito de subjetividade

Falar em subjetividade remete-nos a muitas questões polêmicas e complexas, como a existência das subjetividades individual e coletiva e da intersubjetividade, termo utilizado para designar diferentes aspectos como relação, interdependência, vínculo, interação, interpessoalidade, “mútua constituição”, com as características de “relacional”, “interpessoal” ou “interativa”. Levine e Friedman (2000, p. 65), numa leitura psicanalítica, afirmam que a “intersubjetividade é uma ampla orientação, uma forma de se olhar para tudo o que acontece com e entre paciente e analista quando criam e experienciam (co-constroem) o processo analítico”. E ainda (p. 64):

Sociedade e conhecimento

(...)apesar de seu uso cada vez maior no discurso psicanalítico, a intersubjetividade é um conceito relativamente novo, "a work in progress". Suas definições e conotações não foram ainda suficientemente trabalhadas em psicanálise e nem mesmo produziu-se algum acordo em torno dessa noção.

Talvez o conceito de subjetividade, cuja abordagem inicial foi feita por Descartes, faça parte daqueles que não podem ser construídos a partir da relação sujeito-objeto. Essa relação tem como traços marcantes o aspecto racional separável do aspecto emocional, e o envolvimento experiencial feito apenas intelectualmente. A subjetividade, ao contrário, necessita de um envolvimento pessoal mais profundo.

O simples conhecimento objetivo não dá conta do complexo significado da subjetividade. Trata-se da consciência de si, da autoconsciência. Pagès (1976, p. 49), olhando a subjetividade pelo viés da clínica, diz que:

a possibilidade para o indivíduo de perceber adequadamente sua própria experiência subjetiva é a condição mesma da mudança, pois ela restaura a possibilidade de o próprio indivíduo avaliar sua experiência e modificá-la.

É Deleuze (1997) quem cria novas modalidades de perceber, ver, escutar e sentir a subjetividade, rompendo com as modalidades dominantes de pensá-la e representá-la. É um leque de conceitos correlatos — hecceidade, impessoalidade, devir, rostidade, território, rizoma, dobra, linhas moleculares, linhas de fuga — que dá uma nova conotação à subjetividade.

Para Jardim (2004, p. 136), "a geração de 'subjetividades' não consiste na demarcação dos limites de um eu, enclausurado e interior, mas na ideia de que ele é o efeito de uma função ou operação que sempre se produz na exterioridade desse eu".

O próprio Deleuze (1997, p. 17-18) enuncia esse conceito de subjetividade:

(...) A vida do indivíduo é substituída por uma vida impessoal, embora singular, que produz um puro acontecimento livre dos acidentes da vida interior e exterior, ou seja, da subjetividade e da objetividade do que acontece. "Homo Tantum" por quem todo mundo se compadece e que atinge a uma certa beatitude. É uma hecceidade, que não é mais de individuação, mas sim de singularização: vida de pura imanência, neutra, além do bem e do mal, já que só o sujeito que o encarnava no meio das coisas a tornava boa ou má. A vida de tal individualidade se apaga em benefício da vida singular imanente a um homem que não tem mais nome, embora não se confunda com nenhum outro. Essência, singular, uma vida...

Giovanetti (2003, p. 4) formula uma pergunta atual e pertinente: “Qual a subjetividade para o século XXI?”. Consta que Freud assombrou o mundo ao apresentar uma visão do homem como um sujeito “desejante”, movido por paixões inconscientes, e ao destacar a natureza traumática da sexualidade e da identidade.

Na modernidade, no entanto, o trauma fundador da subjetividade é informacional. O impacto das mídias, “a inundação imagética”, a velocidade das trocas entre o mundo externo e o mundo interno fazem com que a neurose estudada por Freud surja sob a forma de anorexia, bulimia, depressão difusa e indefinição de metas de vida.

Sem a presunção de conceituar o “inconceituável”, de elaborar uma descrição definida ou de realizar uma nomeação, podemos então dizer que a subjetividade abriga o conjunto de experiências particulares de um sujeito, o que implica não somente a sua relação passiva com o mundo e com o outro, mas também o seu engajamento ativo nessas direções. Trata-se de experiência e categoria que surgem com a sociedade moderna, na qual o homem é definido e constituído, de forma contraditória, dentro das determinações sociais e históricas, como ser livre, individual, autônomo.

Moralidade – importante constitutivo da subjetividade humana

O estabelecimento de um conceito para moralidade não é simples. Uma das conceituações mais conhecidas é a apontada por Vasquez (2000, p. 66):

Esta distinção entre o plano normativo (ou ideal) e o fático (real ou prático) leva alguns autores a propor dois termos para designar cada plano: moral e moralidade. A moral designaria o conjunto dos princípios, normas, imperativos ou ideias morais de uma época ou sociedade determinadas. A moralidade seria um componente efetivo das relações humanas concretas que adquirem um significado moral em relação à moral vigente.

A moralidade é um aspecto imprescindível a considerar quando abordamos a ética. Além disso, a moralidade é também um aspecto fundamental na construção da subjetividade humana.

Um dos estudos mais conhecidos sobre o tema foi feito por Jean Piaget, paralelamente ao estudo sistemático da socialização do pensamento infantil, em oposição ao egocentrismo. Ele entrevistou crianças e jovens, procurando saber o que é o respeito pela regra, do ponto de vista da própria criança. Utilizou-se inicialmente das regras do jogo social para, em seguida, passar às

regras propriamente morais, prescritas pelos adultos em termos de deveres. Prosseguiu estudando as concepções infantis da mentira, percebendo uma evolução, no desenvolvimento moral, da responsabilidade objetiva (mais ou menos aos sete anos) para a responsabilidade subjetiva (perto dos dez anos).

Ao pesquisar a noção de justiça na criança, Piaget observou dois tipos de respeito e, por conseguinte, duas morais: a de obrigação, ou heterônoma, e a de cooperação, ou autônoma. Segundo o autor (PIAGET, 1994, p. 279):

A moral da autoridade, que é a moral do dever e da obediência, conduz, no campo da justiça, à confusão entre o que é justo com o conteúdo da lei estabelecida e à aceitação da sanção expiatória. A moral do respeito mútuo, que é a do bem (por oposição do dever) e da autonomia, conduz, no campo da justiça, ao desenvolvimento de igualdade, noção constitutiva da justiça distributiva e da reciprocidade.

Fica clara, na obra piagetiana, a importância do desenvolvimento da autonomia moral, construída na interação com o ambiente. Piaget pressupõe como condição para qualquer conteúdo, seja ele intelectual, ético ou moral, que “tenha sido obtido por um comportamento ativo da razão e que a própria razão esteja em condições de controlar o acordo ou o desacordo de seus julgamentos com a realidade” (PIAGET, 1994, p. 298). Ou seja, é preciso que esse conteúdo tenha sido incorporado pelo sujeito e passe a fazer parte efetiva da razão.

A modernidade e suas consequências, como o impacto das tecnologias, que focalizamos neste artigo, criam novas demandas para a moralidade e o desenvolvimento mais acelerado da autonomia moral, tão enfatizada por Piaget.

A quantidade, fluidez e efemeridade das informações, características da sociedade da informação, trazem novas e complexas questões éticas, ainda pouco familiares ao ser humano.

O desenvolvimento da moralidade e o “caos” da sociedade da informação: a responsabilidade da Educação

O termo ética é oriundo do grego *éthicos* e foi traduzido para o latim como *moralis*, que significa usos e costumes. Essa definição não é suficientemente abrangente em relação ao que hoje entendemos por ética.

Para Vasquez (2000, p. 12), ética “é a teoria ou a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, ou seja, é a ciência de uma forma específica do comportamento humano”.

As novas tecnologias da informação e da comunicação, aliadas à globalização da economia e ao capitalismo desenfreado, são responsáveis por profundas mudanças nas condutas sociais e pessoais do homem contemporâneo. A informação passou a significar dinheiro e poder, o que desencadeia disputas e contendas. A prática da ética, no entanto, continua sendo o princípio fundamental para o estabelecimento da harmonia e da cooperação, para a construção de um mundo mais justo e regido pela equidade, onde as pessoas possam alcançar a felicidade por meio de realizações nos campos individual, espiritual e social.

Gilberto Dupas (2001, p. 119), em artigo que aborda a ética e o poder na sociedade da informação, faz críticas duras, como esta:

Perseverança, domínio de si, curiosidade, flexibilidade e improvisação, valores que os antigos ensinavam às crianças pelos ritos, são hoje substituídos por velocidade, lógica e razão. Abre-se uma brecha entre as gerações. Para os mais jovens, participam da natureza das coisas o efêmero, o novo e as modas, a mudança e a precariedade, a rapidez e a intensidade, a descontinuidade e o imediato. A urgência destrói a capacidade de construir e esperar. Bombardeado pela mídia eletrônica que associa a felicidade ao consumo de marcas globais, o jovem excluído — receptor exatamente da mesma mensagem que o incluído — tem como alternativas conseguir a qualquer preço o novo objeto de desejo ou recalcar uma aspiração manipulada pelo interesse comercial.

Há outros autores, no entanto, que acenam com perspectivas mais positivas e menos caóticas em relação aos dilemas éticos provenientes do uso das tecnologias da informação e da comunicação.

Um deles é Pierre Lévy. O seu conceito de “inteligência coletiva” está assentado no princípio de que o saber está contido na humanidade, distribuído por toda a parte, e não nos indivíduos. Essa inteligência é incessantemente valorizada, coordenada em tempo real e resulta em uma mobilização efetiva das competências. Para ele, “os produtos da técnica moderna, longe de adequarem-se apenas a um uso instrumental e calculável, são importantes fontes de imaginário, entidades que participam plenamente da instituição de mundos percebidos”. (LÉVY, 2004, p. 16).

É por meio das tecnologias digitais que o homem interage com esses conhecimentos, desde os mais simples até os mais sofisticados. Segundo Lévy (1998, p. 28), podemos dizer que a internet permite uma “coordenação das inteligências em tempo real” e atinge uma “mobilização efetiva das competências”, potencializando interações que produzem “um comportamento globalmente inteligente”.

Sociedade e conhecimento

O autor continua (p. 31-32):

Interagindo com diversas comunidades, os indivíduos que animam o Espaço do saber, longe de ser os membros intercambiáveis de castas imutáveis, são ao mesmo tempo singulares, múltiplos, nômades e em vias de metamorfose (ou de aprendizado) permanente. Esse projeto convoca um novo humanismo que inclui e amplia o “conhece-te a ti mesmo” para um “aprendamos a nos conhecer para pensar juntos”, e que generaliza o “penso, logo existo” em um “formamos uma inteligência coletiva, logo existimos eminentemente como comunidade”. Passamos do cogito cartesiano ao cogitamus.

Essa perspectiva otimista de Lévy deriva da concepção de ciberespaço como espaço antropológico por excelência, compreendido como um sistema de proximidade (espaço) próprio do mundo humano (antropológico), portanto dependente das técnicas de significações, da linguagem, da cultura, das convenções, das representações e das emoções humanas.

O ciberespaço constitui-se na principal fonte de criação coletiva de ideias, por meio da cooperação intelectual, de maneira que elas revertam em benefícios para todos. Chega-se, assim, a importantes conclusões sobre esse espaço: a importância da dimensão coletiva da inteligência, a capacidade de influência dos modos de agir, viver e pensar, na sociedade virtual; e a criação de um novo humanismo, pois um novo psiquismo afetivo torna-nos mais sensíveis às questões humanas.

Há muito mais coisas positivas no mundo virtual, portanto, as quais redimensionam os efeitos negativos que ele possa ocasionar. Concluímos com mais uma reflexão de Pierre Lévy (2002), em entrevista ao Jornal do Brasil¹, reflexão significativa para esta conclusão:

A internet decerto aumenta as possibilidades de informação e controle democrático sobre as ações governamentais, bem como sobre as grandes empresas e todos os poderes de um modo geral. É necessário compreender o crescimento da internet como o prosseguimento do nascimento e da extensão da esfera pública que se manifestou com o desenvolvimento sucessivo da imprensa, do rádio e da televisão. O conjunto da sociedade se tornou um pouco mais visível, mais transparente, e, sobretudo um número maior de pessoas puderam exprimir seus pontos de vista. A internet permite hoje que milhões de pessoas se dirijam a um vasto público internacional — pessoas que não teriam podido publicar suas ideias nas mídias clássicas, como a edição em papel, nos jornais ou em televisão.

¹ Esta entrevista foi feita em 26/08/2002, por ocasião da Conferência “Internet e Desenvolvimento Humano”, realizada em São Paulo pelo SESC (Serviço Social do Comércio).

Referências

DELEUZE, G. A imanência: uma vida. In: VASCONCELLOS, J; FRAGOSO, Manuel A. da Rocha (Orgs.). **Gilles Deleuze, imagens de um filósofo da imanência**. Londrina: UEL, 1997, p.15-19.

DUPAS, Gilberto. Ética e poder na sociedade da informação; revendo o mito do progresso. **Revista Brasileira de Educação - ANPEd**. n. 18, set./out./nov./dez. 2001.

GIOVANNETTI, Marcio de F. Mundo atual e subjetividade: um desafio ao psicanalista. *Ciência e Cultura* [online], 2003, v. 55, n. 4. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 fev. 2009.

JARDIM, Alex Fabiano C. Impessoalidade e modos de vida em Gilles Deleuze: breves considerações. In: **Unimontes Científica**, v. 6, n. 1, jan./jun. 2004, p. 133-142.

K, Nora e HÖSLE, Vittorio. **El café de los filósofos muertos**. Madrid: Anaya, 1998.

LEVINE, H.B. & FRIEDMAN, R. J. Intersubjectivity and Interaction in the analytic relationship: a mainstream view. In: **The Psychoanalytic Quarterly**, v. LXIX, n. 1, 2000, p. 63-92.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. Por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

_____. **As tecnologias da inteligência**. O futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. Educação contra a exclusão digital. Entrevista a Marina Lemle. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 ago. 2002.

_____. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1999.

MORIN, E. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.

PAGÈS, M. **Orientação não-diretiva em psicoterapia e em psicologia social**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: EDUSP, 1976.

PETERS, O. **A educação à distância em transição: tendências e desafios**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

SENGE, Peter. **A dança das mudanças**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

VASQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.